

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): UM OLHAR SOBRE A EVASÃO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

CHALLENGES AND PERSPECTIVES OF YOUTH AND ADULT EDUCATION (YAE): AN OVERVIEW OF DROPOUT AND PEDAGOGICAL PRACTICE IN CONTEMPORARY BRAZIL

DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS DE LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS (EJA): UNA MIRADA A LA DESERCIÓN ESCOLAR Y LA PRÁCTICA PEDAGÓGICA EN EL BRASIL CONTEMPORÁNEO

Maria de Fátima Calógeras Dutra¹

Andréa Carla de Lima Melo²

Rozineide Iraci Pereira da Silva³

RESUMO: Esse artigo analisa os desafios e perspectivas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil atual, com foco na evasão escolar e no papel das práticas pedagógicas na inclusão e permanência dos estudantes. Fundamentado em uma abordagem crítica, inspirada nas ideias de Paulo Freire, o estudo reconhece o educando da EJA como sujeito histórico e social, portador de saberes construídos ao longo da vida. A pesquisa é qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, baseada na análise de produções acadêmicas (2015–2025) e de documentos oficiais das políticas educacionais brasileiras. Os resultados indicam que a evasão escolar decorre de fatores sociais, como longas jornadas de trabalho e falta de políticas de assistência, e de fatores institucionais, como currículos rígidos e práticas pedagógicas descontextualizadas. A análise evidencia que práticas pedagógicas baseadas no diálogo, na inclusão e na contextualização são fundamentais para promover o engajamento dos estudantes. Além disso, destaca-se a necessidade de ressignificação curricular e de investimento na formação docente como estratégias essenciais para garantir a permanência e o sucesso escolar. Conclui-se que o fortalecimento da EJA exige maior comprometimento do Estado com políticas públicas mais justas, inclusivas e equitativas.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Evasão Escolar. Prática Pedagógica.

¹Doutoranda pela Christian Business School (CBS); Professora da Rede Municipal de São Lourenço da Mata (PE), lotada no Colégio Municipal Ministro Apolônio Sales, atuando na Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Fase 1; Gestora da Escola Profissionalizante Dona Olegarinha, Prefeitura da Cidade do Recife (PE), Brasil.

²Mestranda pela Christian Business School (CBS); Professora da Rede Municipal de São Lourenço da Mata (PE), lotada no Colégio Municipal Ministro Apolônio Sales, atuando na Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Fase 2; Vice-gestora da Escola Profissionalizante Dona Olegarinha, Prefeitura da Cidade do Recife (PE), Brasil.

³Orientadora: Ph.D. em Ciências da Educação; Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Psicopedagoga; Pedagoga; Analista do Comportamento Aplicada; Especialista em Escrita Acadêmica Avançada; Professora do Ensino Superior e Orientadora na Christian Business School (CBS).

ABSTRACT: This article analyzes the challenges and perspectives of Youth and Adult Education (YAE) in the contemporary Brazilian context, with an emphasis on factors associated with school dropout and on the role of pedagogical practice as a strategy for inclusion and student retention. Grounded in a critical theoretical approach, particularly in the contributions of Paulo Freire, the study understands YAE learners as historical and social subjects who possess knowledge constructed throughout their lives. Methodologically, this is a qualitative study of bibliographic and documentary nature, based on the analysis of academic publications released between 2015 and 2025, as well as official documents that guide Brazilian educational policies. The results indicate that school dropout in YAE is related to social constraints, such as exhausting work schedules and the lack of student assistance policies, in addition to institutional factors, including rigid curricula and decontextualized pedagogical practices. The discussion highlights that dialogical, inclusive, and contextualized pedagogical practices, combined with curriculum re-signification and investment in teacher education, are fundamental elements for student retention and academic success. It is concluded that strengthening YAE requires the State's commitment to equitable public policies and the overcoming of the conception of compensatory education.

Keywords: Youth and Adult Education. School Dropout. Pedagogical Practice.

RESUMEN: Este artículo analiza los desafíos y perspectivas de la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) en el contexto brasileño contemporáneo, con énfasis en los factores asociados a la deserción escolar y en el papel de la práctica pedagógica como estrategia para la inclusión y la permanencia de los estudiantes. Fundamentado en un enfoque teórico crítico, especialmente en las contribuciones de Paulo Freire, el estudio entiende a los estudiantes de EJA como sujetos históricos y sociales, poseedores de conocimientos construidos a lo largo de sus vidas. Metodológicamente, se trata de un estudio cualitativo de carácter bibliográfico y documental, basado en el análisis de publicaciones académicas publicadas entre 2015 y 2025, así como de documentos oficiales que orientan las políticas educativas brasileñas. Los resultados indican que la deserción escolar en la EJA está relacionada con limitaciones sociales, como horarios de trabajo extensos y la ausencia de políticas de asistencia estudiantil, además de factores institucionales, incluidos currículos rígidos y prácticas pedagógicas descontextualizadas. El análisis evidencia que las prácticas pedagógicas dialógicas, inclusivas y contextualizadas, combinadas con la resignificación del currículo y la inversión en la formación docente, constituyen elementos fundamentales para la permanencia y el éxito académico de los estudiantes. Se concluye que el fortalecimiento de la EJA requiere el compromiso del Estado con políticas públicas equitativas y la superación de la concepción de educación meramente compensatoria.

Palabras clave: Educación de Jóvenes y Adultos. Deserción Escolar. Práctica Pedagógica.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) corresponde a uma modalidade essencial da educação básica brasileira, voltada a possibilitar o direito à escolarização daqueles que, por diferentes razões, principalmente as de natureza social e econômica, não tiveram acesso ou condição de permanecerem na escola durante a idade considerada regular. De modo geral, considerando o contexto brasileiro atual caracterizado por profundas desigualdades sociais, a modalidade EJA manifesta um papel estratégico na oferta de inclusão educacional enquanto

instrumento de acesso da cidadania e promoção da justiça social, proporcionando a sujeitos cujas trajetórias de vida foram atravessadas por processos de exclusão e negação de direitos.

Os estudantes da EJA apresentam perfis diversos, incluindo jovens, adultos e idosos, que carregam experiências de trabalho precoce, responsabilidades familiares, trajetórias escolares interrompidas, assim como vivências marcadas por fracassos educacionais anteriores. Essas particularidades exigem uma organização curricular e pedagógica capaz de considerar os saberes construídos fora do contexto escolar, respeitando tempos de aprendizagem diferenciados e os projetos de vida próprios de cada estudante. Entretanto, apesar dos avanços legais e normativos, a EJA ainda enfrenta desafios estruturais que dificultam a concretização do direito à educação, como evidencia a elevada taxa de evasão escolar.

A evasão na Educação de Jovens e Adultos é um fenômeno complexo, influenciado por fatores tanto externos quanto internos ao ambiente escolar. Entre os principais fatores externos que dificultam a permanência dos estudantes estão condições de trabalho precárias, jornadas exaustivas, problemas de deslocamento, ausência de políticas de assistência estudantil e desafios de ordem familiar, que dificultam o alinhamento entre as responsabilidades escolares e a realidade do educando. No plano institucional, destacam-se currículos rígidos, práticas pedagógicas desarticuladas da realidade fora da escola e metodologias pouco adequadas às necessidades dos estudantes, que frequentemente resultam em desmotivação e sensação de não pertencimento.

3

Diante do exposto, este artigo objetiva analisar os principais desafios enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos no Brasil na atualidade, com ênfase na questão da evasão escolar e no papel da prática pedagógica como estratégia de inclusão e permanência de seus alunos. Busca-se ainda refletir sobre a necessidade de reformulação do currículo da EJA, trazendo-o mais perto das condições sociais, culturais e produtivas dos estudantes, de modo a tornar o processo educativo mais abrangente e emancipatório.

METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, fundamentada na análise de produções acadêmicas e documentos oficiais relacionados às políticas educacionais brasileiras voltadas à EJA. A relevância deste trabalho está na sua contribuição para o debate acadêmico sobre a modalidade, especialmente ao destacar que o enfrentamento da evasão escolar depende da

valorização dos estudantes, da revisão das práticas pedagógicas e do compromisso efetivo do Estado em implementar políticas públicas que garantam condições concretas de permanência e aprendizagem. A escolha por essa abordagem metodológica justifica-se pela necessidade de compreender o objeto de estudo em toda a sua complexidade histórica, social, política e educacional, permitindo uma análise interpretativa dos discursos, concepções e normativas que estruturam a EJA no contexto brasileiro.

A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de um levantamento sistemático de produções acadêmicas relevantes, incluindo artigos científicos, livros, dissertações e teses que abordam, de forma direta ou indireta, a temática da EJA. As buscas foram efetuadas em bases de dados consolidadas na área da educação, com destaque para Scielo e Google Acadêmico, utilizando descritores previamente definidos: “Educação de Jovens e Adultos”, “evasão escolar”, “prática pedagógica”, “inclusão educacional”, “permanência escolar” e “formação docente na EJA”. Esses termos foram combinados entre si com o objetivo de ampliar o alcance da investigação, permitindo a identificação de diferentes abordagens teóricas e metodológicas publicadas sobre o tema.

Dentro do que se refere à pesquisa documental, foram analisados documentos oficiais que abordam as políticas públicas educacionais brasileiras, com destaque para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), resoluções do Conselho Nacional de Educação, como a Resolução CNE/CEB nº 1/2001 e a Resolução CNE/CEB nº 2/2015, diretrizes curriculares nacionais e outros dispositivos legais relacionados à Educação de Jovens e Adultos. A análise desses documentos proporcionou uma melhor compreensão dos fundamentos legais da EJA, assim como a identificação de tensões entre o discurso normativo e a realidade observada nas instituições escolares.

Como critérios de inclusão, foram selecionados textos publicados entre os anos de 2015 e 2025, de modo que fosse assegurada um caráter mais contemporâneo acerca das discussões por meio da escolha por pesquisas mais recentes sobre a temática investigada. Ainda assim, obras clássicas e autores de referência no campo da EJA e da educação crítica foram incluídos pelo fato de se mostrarem indispensáveis para a compreensão histórica, conceitual e epistemológica do objeto de estudo.

A análise dos dados orientou-se pelos pressupostos da análise qualitativa de conteúdo, realizada por meio de leituras exploratórias, analíticas e interpretativas do material obtido em bancos de periódicos e em documentos sobre legislação da EJA. Os dados foram organizados

em eixos temáticos construídos a partir da recorrência de conceitos, problemáticas e achados nos textos analisados. As categorias definidas foram: (a) fundamentos históricos e conceituais da Educação de Jovens e Adultos; (b) perfis, trajetórias e especificidades dos sujeitos da EJA; (c) evasão escolar e fatores condicionantes; e (d) práticas pedagógicas e estratégias inclusivas no processo de ensino-aprendizagem.

O emprego de citações e referências seguiu de forma estrita as normas da ABNT. Não houve necessidade de submissão a comitê de ética. Porém manteve-se o compromisso ético com a fidedignidade das informações e com a produção responsável do conhecimento científico.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, LEGAIS E CONCEITUAIS

Falar sobre EJA no Brasil é quase que obrigatório mencionar as contribuições de Paulo Freire. Para o autor, a educação não é um processo de "depósito" de informações, mas um ato político e dialógico, sendo que educação de adultos deve ser pautada na conscientização e na emancipação do sujeito.

‘A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa (FREIRE, 1967, p. 38).’

Além da perspectiva freiriana, o embasamento legal brasileiro, através da LDB (1996), estabelece que a EJA deve ser articulada com o mundo do trabalho e considerar as características dos discentes. Em outros termos, o percurso histórico da EJA revela um movimento que deixou de ser meramente assistencialista e supletivo para ser reconhecido como um direito subjetivo e fundamental.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da educação básica voltada a pessoas que por alguma razão não puderam permanecer na escola no período tido como ideal, e por isso acabaram submetidas a processos de exclusão educacional e social. No Brasil, a EJA surge vinculada às lutas pela democratização do ensino e garantia do direito à educação, sobretudo para as camadas populares, trabalhadores, mulheres, idosos e populações marginalizadas.

Legalmente, a EJA encontra amparo na Constituição Federal de 1988, que versa sobre a a educação como direito de todos e dever do Estado, bem como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que prevê a especificidade dessa modalidade e orienta

sua organização curricular conforme características do público atendido. Todavia, apesar dos avanços normativos, ainda persistem desafios estruturais que comprometem a plenitude desse direito, manifestando-se em baixos índices de permanência e conclusão.

A forma de EJA defendida por Paulo Freire (1970), e que moldou as bases das políticas públicas sobre esta modalidade no Brasil pauta-se na compreensão do educando enquanto sujeito histórico, crítico e capaz de intervir na realidade. Para o filósofo da educação, o ato de educar adultos deve partir do diálogo, da problematização da realidade e da valorização dos saberes construídos em sua vida, desvencilhando-se de fórmulas e práticas engessadas e verticalizadas que não consideram a experiência pessoal e social dos estudantes. Essa perspectiva põe a EJA como espaço de emancipação e consciência crítica, e não somente como um tipo de recurso de compensação para a escolarização tardia.

Em linha similar de pensamento, Miguel Arroyo (2017), sugere que os sujeitos da EJA trazem trajetórias marcadas por negações de direitos e exclusões múltiplas, sendo importante que a escola perceba e reconheça essas histórias, oferecendo também propostas pedagógicas que dialoguem com suas realidades. Para o autor, pensar a EJA requer com que se compreenda quem são esses sujeitos, quais são suas condições de vida e quais expectativas têm sobre a escola, evitando práticas homogeneizadoras e fora de contexto.

EVASÃO ESCOLAR NA EJA: FATORES SOCIAIS, INSTITUCIONAIS E PEDAGÓGICOS

A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos é um dos principais desafios enfrentados por essa modalidade e se apresenta como um fenômeno complexo e multifatorial. Muitos estudos apontam que a evasão não pode ser compreendida como resultado exclusivo da falta de interesse do estudante, mas como consequência de um conjunto de fatores sociais, econômicos, institucionais e pedagógicos que dificultam a permanência na escola.

A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos configura-se como um fenômeno estrutural, diretamente relacionado às desigualdades sociais e às fragilidades das políticas públicas educacionais. Diferentemente do que apontam discursos reducionistas, a evasão não pode ser atribuída exclusivamente ao desinteresse ou à falta de compromisso do estudante, mas deve ser analisada à luz das condições objetivas de vida desses sujeitos.

Autores como Dermeval Saviani (1997), ressaltam que a escola, ao não garantir condições adequadas de ensino e aprendizagem, acaba por reforçar os mecanismos de exclusão

social. No caso da EJA, a precarização da oferta, a descontinuidade dos programas, a falta de investimentos e a ausência de políticas de permanência contribuem significativamente para o abandono escolar.

Além dos fatores estruturais, a evasão também está associada às dinâmicas internas da escola. Currículos pouco flexíveis, conteúdos descontextualizados e metodologias tradicionais dificultam a construção do sentido do aprender para jovens e adultos. Muitos educandos, ao não se reconhecerem nas práticas pedagógicas, sentem-se deslocados e desmotivados, optando pelo afastamento da escola.

Conforme aponta Moacir Gadotti (2000), a EJA precisa ser pensada a partir de uma lógica de inclusão e justiça social, na qual o direito à educação esteja articulado ao direito ao trabalho, à cultura e à cidadania. Para o autor, enfrentar a evasão exige políticas integradas que considerem as múltiplas dimensões da vida dos estudantes, indo além das soluções pontuais e imediatistas.

Se há dificuldades de se conciliar a rotina laboral com estudos quando este trabalho é minimamente regulamentado e com garantias, situação pior é enfrentada entre aqueles que não possuem esta proteção básica. Muitos estudantes da EJA, por exemplo, conciliam trabalho informal, cuidados com filhos ou netos e outras demandas cotidianas, o que torna a frequência escolar um desafio constante.

Internamente, no âmbito escolar, a evasão está relacionada à organização rígida do tempo e do espaço escolar, à inadequação dos currículos, à falta de materiais didáticos específicos e à ausência de políticas de acolhimento e acompanhamento dos estudantes. A escola, muitas vezes, reproduz modelos pedagógicos pensados para crianças e adolescentes, não tomando em conta as especificidades cognitivas, emocionais e sociais peculiares a jovens e adultos.

Do ponto de vista pedagógico, práticas pouco dialogadas, metodologias tradicionais e avaliações excludentes aumentam o risco de desinteresse e o afastamento dos educandos. Conforme destaca Moacir Gadotti (2006), a EJA precisa assumir um projeto pedagógico comprometido com a inclusão, a diversidade e a justiça social, superando a lógica da mera certificação e investindo em processos formativos significativos.

PRÁTICA PEDAGÓGICA E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A prática pedagógica na EJA deve estar guiada por princípios inclusivos, democráticos e emancipatórios, comprovando o educando como protagonista do processo educativo. A inclusão, nesse contexto, perpassa o acesso físico à escola e engloba a garantia de condições reais de aprendizagem, permanência e sucesso escolar.

Assim sendo, considera-se que a prática pedagógica inclusiva deve pressupor o respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem, às trajetórias de vida e aos saberes que os estudantes adquiriram ao longo de suas vidas. Isso implica a incorporação de metodologias ativas, que tragam contexto e problematizem a realidade, relacionando também os conteúdos escolares às experiências cotidianas dos educandos, promovendo sentido e significado ao aprendizado.

Não obstante, a formação docente assume papel central na construção de práticas pedagógicas que favoreçam a permanência na EJA. O professor deve preparar-se para lidar com a diversidade etária, cultural e social presente nas salas de aula, fomentando uma postura ética, sensível e comprometida com a inclusão. Fora disso, a falta de formação específica para atuar na EJA resulta na reprodução de práticas excludentes e para o aumento da evasão escolar.

Desse modo, a prática pedagógica na EJA deve ser compreendida como espaço de diálogo, escuta e construção coletiva do conhecimento, de modo que fortaleça vínculos entre a escola e seus estudantes. Quando o educando se reconhece no currículo e percebe a escola como espaço de acolhimento e valorização, espera-se que as possibilidades de permanência e êxito escolar sejam ampliadas.

8

PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EJA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A PERMANÊNCIA ESCOLAR

A prática pedagógica desenvolvida na Educação de Jovens e Adultos exerce papel central na permanência e no sucesso escolar dos educandos. Uma prática desarticulada da realidade social dos estudantes fortalece sentimentos de inadequação e fracasso, enquanto práticas contextualizadas e dialógicas favorecem a aprendizagem. Segundo José Carlos Libâneo (1994), a prática pedagógica deve ser intencional, crítica e comprometida com a formação integral do sujeito. Na EJA, isso provoca reconhecer os diferentes tempos de aprendizagem, respeitar os saberes preexistentes e adotar metodologias que valorizem a participação atuante dos estudantes no processo educativo.

Metodologias problematizadoras, projetos interdisciplinares e estratégias que relacionem teoria e prática mostram-se especialmente eficazes na EJA, pois fazem com que o educando entenda a necessidade social do conhecimento escolar. Quando o conteúdo dialoga com o cotidiano do aluno, a aprendizagem vai se tornando mais significativa, reduzindo as possibilidades de evasão.

Além do mais, a avaliação deve exercer caráter formativo e processual, evitando práticas classificatórias e excludentes. Avaliar, na perspectiva inclusiva, significa acompanhar o desenvolvimento do estudante, identificar dificuldades e sugerir intervenções pedagógicas que favoreçam a continuidade dos estudos.

INCLUSÃO, DIVERSIDADE E FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A inclusão na EJA deve ser entendida de forma ampla, levando em conta não apenas a presença física do educando na escola, mas a garantia de condições reais de aprendizagem e participação. Isso abrange o reconhecimento da diversidade etária, cultural, étnico-racial e de trajetórias escolares presentes nas turmas de EJA.

A formação docente se faz necessária para a efetivação de práticas inclusivas. Muitos professores que trabalham na EJA não possuem formação específica para lidar com as particularidades dessa modalidade, o que dificulta a construção de estratégias pedagógicas adequadas. A falta de políticas de formação continuada voltadas à EJA contribui para a reprodução de modelos pedagógicos que não são adequados e pouco sensíveis às necessidades dos estudantes.

Nesse contexto, a prática pedagógica inclusiva demanda do professor uma postura ética, reflexiva e comprometida com a transformação social. Ensinar na EJA é, principalmente, um ato político, que exige sensibilidade para ouvir, dialogar e construir o conhecimento de forma coletiva.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os achados da pesquisa evidenciam transformações significativas no perfil dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos ao longo da última década, confirmando tendências já apontadas pela literatura especializada. Um dos aspectos mais recorrentes refere-se ao processo de juvenilização da EJA, caracterizado pela presença crescente de jovens que não

conseguiram permanecer ou se adaptar ao ensino regular e passam a enxergar a EJA como alternativa de aceleração da escolarização e obtenção rápida da certificação.

Esse fenômeno transforma a dinâmica das turmas e estabelece novos desafios pedagógicos, pois convivem no mesmo espaço educativo, sujeitos com idades, expectativas, trajetórias e necessidades diferentes. Jovens que tiveram fracassos escolares anteriores dividem a sala de aula com adultos e idosos que voltaram à escola afetados por projetos de vida relacionados ao trabalho, à autonomia e realização pessoal. A diversidade presente exige que a escola e o professor adotem práticas pedagógicas inclusivas e flexíveis, capazes de atender às diferentes necessidades dos estudantes.

Entretanto, os dados analisados indicam que, mesmo com a mudança no perfil dos estudantes, o currículo da EJA, em muitas instituições, ainda se apresenta como uma versão simplificada do ensino regular, sem levar em conta as especificidades dos jovens e adultos. A reprodução de práticas pedagógicas infantilizadas gera desmotivação e sentimento de não pertencimento, contribuindo, conseqüentemente, para o afastamento escolar. De acordo com os estudos examinados, quando o currículo não estabelece relação com a realidade social e profissional dos educandos, a escola perde seu sentido, passando a ser vista apenas como um espaço de cumprimento formal de carga horária.

Em relação à evasão escolar, os resultados mostram que ela está diretamente associada a fatores externos e internos à escola. Entre os fatores externos, podemos encontrar a fadiga física e mental como resultado de jornadas duplas ou triplas de trabalho, a instabilidade no emprego, as responsabilidades familiares e a precariedade do transporte público, principalmente para estudantes que frequentam a EJA no turno noturno. Essas condições demonstram que a permanência na escola não está ligada apenas à iniciativa individual do estudante, mas também a um conjunto de fatores sociais que vão além do ambiente escolar.

Por sua vez, os fatores internos estão ligados a práticas pedagógicas pouco estimulantes, à rigidez na organização do tempo escolar e à falta de metodologias que dialoguem com a realidade do aluno. A literatura analisada indica que aulas excessivamente expositivas, avaliações de caráter classificatório e conteúdos descontextualizados favorecem a evasão, ao reforçarem vivências anteriores de fracasso escolar. Nessa perspectiva, a evasão deve ser entendida como resultado de um processo histórico de exclusão educacional, como aponta Miguel Arroyo (2004), e não como responsabilidade exclusiva do estudante.

A análise dos resultados também demonstra que práticas pedagógicas contextualizadas e baseadas no diálogo se configuram como estratégias relevantes para a permanência na EJA. Metodologias que reconhecem os conhecimentos prévios dos estudantes, utilizam temas geradores, desenvolvem projetos interdisciplinares e exploram situações-problema relacionadas ao cotidiano revelam-se mais eficazes na promoção de uma aprendizagem significativa. Nesse contexto, o papel do professor torna-se fundamental, exigindo uma postura reflexiva, sensível e comprometida com a inclusão e o respeito à diversidade.

Um outro aspecto importante mostrado pelos estudos diz respeito à utilização de tecnologias digitais no contexto da EJA. Os resultados sugerem que, quando empregadas de maneira planejada e intencional, essas tecnologias podem se tornar ferramentas significativas de inclusão educacional. Recursos digitais, como celulares, aplicativos educativos e plataformas online, permitem novas formas de acesso ao conhecimento, ampliam as possibilidades de comunicação e promovem a autonomia dos estudantes.

Entretanto, a pesquisa evidencia que a utilização inadequada ou excludente das tecnologias pode reforçar desigualdades já existentes, sobretudo quando não considera as limitações de acesso e o nível de letramento digital dos estudantes. Dessa forma, a tecnologia, por si só, não assegura a inclusão; ela deve estar integrada a uma prática pedagógica crítica e mediada pelo professor, alinhada aos princípios defendidos por Paulo Freire (1970), que entende a educação como prática de liberdade e diálogo.

De maneira geral, os resultados e a análise indicam que combater a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos requer, obrigatoriamente, a revisão das práticas pedagógicas, a elaboração de currículos significativos e a implementação de políticas públicas que assegurem condições concretas para a permanência dos estudantes. A EJA, como modalidade de ensino, exige um projeto pedagógico voltado para a inclusão social, o reconhecimento e a valorização dos sujeitos e a transformação das realidades vivenciadas pelos educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo desta pesquisa permitem afirmar que a Educação de Jovens e Adultos demanda um olhar fundamentado no princípio da equidade, e não apenas na igualdade formal de acesso à escola. Reconhecer a equidade implica compreender que os sujeitos da EJA possuem trajetórias de vida, tempos de aprendizagem e condições sociais

distintas, o que exige políticas educacionais e práticas pedagógicas diferenciadas, capazes de garantir não somente o ingresso, mas, sobretudo, a permanência e o sucesso escolar.

Os resultados evidenciam que a evasão escolar na EJA está diretamente relacionada à ausência de políticas públicas estruturantes, ao investimento insuficiente em infraestrutura escolar e à fragilidade dos programas de formação inicial e continuada dos docentes que atuam nessa modalidade. A falta de preparo específico para lidar com a diversidade etária, cultural e social dos estudantes compromete a construção de práticas pedagógicas inclusivas e contextualizadas, reforçando, muitas vezes, experiências anteriores de fracasso escolar.

Conclui-se que o fortalecimento da EJA depende, necessariamente, da superação da ideia de que se trata de um “ensino de segunda categoria” ou meramente compensatório. Essa visão limitada provoca a desvalorização institucional da modalidade, refletindo-se em currículos pouco significativos, metodologias inadequadas e condições de funcionamento insuficientes. A EJA precisa ser entendida como um espaço legítimo de formação humana, social e política, comprometido com a emancipação dos educandos e a promoção da justiça social.

Dessa forma, é fundamental que o Estado assuma um compromisso efetivo com a Educação de Jovens e Adultos, realizando investimentos constantes em infraestrutura, materiais didáticos, políticas de permanência escolar e na formação específica de professores. Além disso, é essencial que as escolas desenvolvam projetos pedagógicos que dialoguem com a realidade dos educandos, reconheçam e valorizem seus conhecimentos prévios e promovam aprendizagens significativas, fortalecendo a conexão entre o estudante e a instituição escolar.

Por último, este estudo evidencia a importância de ampliar as pesquisas no campo da EJA, especialmente quanto à integração entre a educação básica e a formação técnica e profissional. Investigações futuras que explorem essa articulação podem colaborar para a elaboração de propostas educacionais mais alinhadas às exigências do mercado de trabalho e aos projetos de vida dos estudantes da EJA, reforçando o papel social da escola e ampliando as oportunidades de inclusão educacional e social.

REFERÊNCIAS

ABNT. NBR 6023: Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2018.

ABNT. NBR 10520: Informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ABNT. NBR 14724: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ARROYO, Miguel G. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. Petrópolis: Vozes, 2017.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 1, de 5 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GADOTTI, Moacir. Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIBÂNIO, José Carlos. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 43. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

SOARES, Leôncio. Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.